Revista Espaço Acadêmico - Nº 123 - Agosto de 2011
Mensal - ANO XI - ISSN 1519-6186

RESENHA

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina.** São Paulo: Alameda, 2011, 302 p.

Entre o velho e o novo: em busca de um internacionalismo para as lutas camponesas*

Deni Ireneu Alfaro Rubbo**

Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina, livro da socióloga carioca Flávia Braga Vieira, que acaba de ser lançado pela editora Alameda, chega ao público de maneira oportuna ao realizar uma compreensão original que trabalha com um conjunto amplo de repertórios teóricos novos e antigos ligados ao tema do capitalismo internacional e, paralelamente, ao processo histórico e contemporâneo de internacionalização das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras. Trata-se de um tema ainda pouco explorado pela literatura especializada, mas nem por isso – ou apesar disso – deixa de ter sua devida centralidade no debate do regime e das lutas sociais contemporâneas cujo caráter internacionalista, desde então, acentuou-se decididamente nos últimos anos.

O livro é originário de uma tese de doutoramento defendida pela autora em 2008, mas remete a uma linha de pesquisa – "Globalização e Movimentos Sociais", do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza – UFRJ, coordenado pelo prof. Carlos Vainer, que assina o prefácio do livro – da qual Vieira Braga é participante desde 1998. Suas pesquisas anteriores sempre estiveram afinadas com a temática que corresponde ao livro presente. Um dos pontos interessantes da introdução do livro é que a autora registra quais foram seus instrumentos metodológicos para a realização da pesquisa empírica – nesse caso, o estudo de caso da socióloga visa contemplar a especificidade da Via Campesina. Além de ter recorrido à análise de fontes primárias e a entrevistas com dirigentes da organização internacional – estas últimas, vale dizer, apenas se realizaram na

medida em que a autora redigiu um email de apresentação para a secretaria da Via Campesina –, tratou, como era de se esperar, de perscrutar a literatura produzida a propósito da ação coletiva em questão. E a despeito da possibilidade de se deparar com pontos fortemente ideológicos, a autora trata o problema na seguinte chave:

> Por um lado, é preciso empreender uma vigilância contínua no que diz respeito a separar o que é análise sobre os fenômenos e o que é discurso da Via Campesina sendo reproduzido por tais autores, ou, em outras palavras, o que é categoria analítica e o que é categoria nativa transporta acriticamente para procedimentos que se pretendem analíticos. [...] a produção acadêmica desses autores influencia diretamente agendas e discursos da articulação que analisam (p. 22).

Bem entendido, a proposta central do livro consiste em captar os traços gerais do capitalismo internacional e da ação internacional dos trabalhadores, através de um engenhoso recurso que sublinha as *permanências* e as *rupturas* da literatura recente e antiga sobre os temas citados. Tanto as teorias que versam atualmente sobre a globalização quanto as "velhas" teorias que pensaram o capitalismo mundial, passando dos trabalhos sobre sociedade civil global aos movimentos "antiglobalização", são contempladas, respectivamente, nas duas primeiras partes do livro. A terceira parte está centrada na discussão das formas passadas de articulações internacionais, notadamente aquelas que se expressaram na tradição socialista-comunista – e anarquista – e, finalmente, na apresentação e discussão em torno da Via Campesina.

No primeiro capítulo do livro, cujo tema central é o capitalismo mundial, a autora dedica-se a esquadrinhar continuidades e rupturas da literatura sobre globalização. Mesmo com a unanimidade dos estudiosos sobre a ideia de que desde os anos setenta o capitalismo internacional tem dado um novo formato às relações sociais, essa convergência logo se transforma em discordância quanto à compreensão "sobre a natureza e o sentido de tal processo" (p. 28). Nesse sentido, um ponto acentuadamente polêmico no debate atual, segundo a autora, diz respeito ao tema do papel do Estado na contemporaneidade: se, por um lado, uma gama significativa de cientistas sociais difunde a ideia comum da dissolução do poder dos Estados dando lugar ao mundo sem fronteiras – e, também, muito presente no discurso dos investidores do mercado financeiro –, por outro lado, aparecem autores críticos – tal como Pierre Bourdieu – que destacam, contrariamente, o papel do Estado não apenas atuando estrategicamente a todo vapor no sistema econômico mundial, mas também caracterizam o seu estado atual como um "processo regressivo" em que as conquistas sociais de outrora protagonizada pela classe trabalhadora sofre uma aguda derrota.

Seja como for, um tema desse porte não pode estar circunscrito unicamente ao ponto de vista da contemporaneidade: “essa tem sido, na maioria dos casos, a principal lacuna para pensar teoricamente a questão, isto é, a ausência de um resgate das várias teorias que se debruçaram ao longo do século XX sobre as características do sistema global” (p. 39). Contrariando essa tendência, a autora faz um esforço bem sucedido examinando as principais correntes que se consagraram em entender os mecanismos e os funcionamentos do capitalismo internacional, o que abriu campo para uma “literatura mundial”: (1) teorias sobre o imperialismo, que decisivamente tiveram contribuições de Marx e Lênin, sublinhando a unificação dos mercados em escala planetária e a concentração e centralização do período de monopólio que conduziria ao domínio da economia pelo capital financeiro; (2) teorias da dependência desenvolvidas por cientistas sociais latino-americanos nos anos sessenta/setenta sobre as nações periféricas, cujos problemas seculares passariam necessariamente pela hipótese da impossibilidade de uma burguesia nacional em virtude de sua dependência – e subordinação – em relação às elites centrais; e (3) a teoria do sistema-mundo, encontrado sobremaneira nos trabalhos de Immanuel Wallerstein, que aborda um ângulo da divisão social do trabalho entre países centrais e periféricos baseando-se em conceitos de ciclos sistêmicos e de tendências seculares, pesquisados por meio do método comparativo, principalmente. Para a autora, o excesso de diversidade de interpretações – muitas vezes eclético em suas proposições – acerca do caráter especial do capitalismo mundial deve ser compreendido pela situação social específica do tempo presente, ou seja, um período de crise e transição que faz com que o novo e o velho permaneçam indissociáveis.

Concomitantemente à internacionalização dos processos produtivos e das formas de dominação do capital, ocorreu a emergência dos movimentos de resistência às novas formas de exploração e dominação em escala internacional, o que, no transcurso das últimas décadas, alterou significativamente as análises das ciências sociais – tema do segundo capítulo do livro. No tocante às correntes analíticas que se empenharam em esquadrinhar as diversas formas de ação coletiva e dos chamados “novos” movimentos sociais, destacam-se aquelas oriundas dos Estados Unidos – como a Teoria da Mobilização de Recursos, sendo seu principal expoente Charles Tilly, e a Teoria da Mobilização Política, assinada por Sidney Tarrow – e da Europa, marcada pela influência da racionalidade comunicativa (Habermas), que prioriza aos processos de construção de identidade criada pelos processos de conflito, na qual se encontram autores como Touraine, Melucci e Offe. De fato, na acepção da autora, as referências teóricas nas quais se assentaram as bases analíticas das ações coletivas e da sociedade civil em escala global apoiaram-se amplamente nas ponderações tanto das teorias americanas quanto das europeias. A título de exemplo

dessa constatação, as ações do movimento "antiglobalização" que podem pautar-se em três tipos de ação – as iniciativas de massa, as campanhas e as conferências – têm como principal elemento para a organização de suas ações uma estrutura de oportunidades políticas que engendre dinâmica e sustentação nas redes de articulações. Trata-se de uma ampla troca de informação e de cooperação em eventos e campanhas que, vale dizer, realça o caráter comunicativo dos movimentos, além de estimular a construção de pautas políticas através de elementos culturais. No entanto, aponta Vieira, ao lado dessas características novas prevalecem características velhas, mas que são ignoradas pelos estudos contemporâneos citados sobre ação coletiva global. Não é para menos que haja uma ausência completa de perspectiva histórica sobre as articulações internacionais: "Não há referência às inúmeras formas de articulação do movimento socialista e anarquista que se iniciaram em meados do século XIX e se desenvolveram ao longo do século XX" (p. 99). É com o velho que se faz o novo.

Flávia Vieira registra com clareza que as chamadas redes transnacionais nas sociedades contemporâneas definitivamente não são um fenômeno absolutamente novo e tampouco, quando raramente assinalam uma perspectiva histórica, podem ficar reduzidas a uma tradição internacionalista de caráter confessamente liberal. Daí então a necessidade teórica – e metodológica – de problematizar o "enorme silêncio" acerca da tradição internacionalista da esquerda (tema do terceiro capítulo): existe – sustenta a autora – "uma grande lacuna teórica que precisa ser preenchida de forma a poder-se identificar o que há de novidade e o que há de permanência na situação contemporânea de articulações internacionais" (p. 120). Elemento central da teoria e da prática da esquerda mundial durante os séculos XIX e XX, a autora preenche pouco a pouco a constituição dos internacionalismos, desde a Liga Comunista a IV Internacional (e, também, o movimento anarquista internacional), destacando uma a uma a forma de organização, as discussões que tiveram caráter polêmico e a diversidade de propostas e tendências. Desde logo, mesmo sendo uma descrição declaradamente panorâmica, a formação e o processo das articulações internacionais de esquerda mostraram-se visivelmente heterogêneas. Em seguida, autora examina como a temática da questão agrária e camponesa foi debatida nas internacionais, nas quais ocorreu um forte predomínio da tese da impossibilidade histórica da agricultura camponesa, o que apontava analiticamente para seu desaparecimento histórico. Como era de se esperar, as experiências históricas de articulação internacional de esquerda, notabilizaram-se pela "ênfase dada ao aspecto ideológico, à construção de um claro projeto político e mesmo de poder, [que] não comparecem nas experiências recentes" (p. 170).

No último capítulo, a autora debruça-se finalmente sobre a Via Campesina. Como é sabido, o processo de formação da Via Campesina ocorre paralelamente à crescente mercantilização e internacionalização da agricultura. O ponto de partida para sua efetivação concreta dar-se-á pelas fronteiras abertas do continente latino-americano através da Campanha "500 anos de resistência Indígena, Negra e Popular", desenvolvida entres os anos de 1989 e 1992. Nesse contexto de surgimento da Via Campesina, podemos notar uma forte raiz latino-americana em sua formação. A autora faz uma competente descrição das conferências – órgão máximo de decisão política da Via Campesina – , assinalando o desenvolvimento interno, o número cada vez maior de organizações filiadas, a construção de identidades, a incorporação da questão de gênero e o desenvolvimento do conceito de soberania. Particularmente neste último quesito está o componente central do projeto de contra-hegemonia da Via Campesina, que, como afiança a autora, "representa a resignificação do tema da reforma agrária" (p.231). O conceito de soberania alimentar, nesse sentido, envolve diversos elementos, transcendendo a ideia de segurança alimentar, desde as escolhas de produção, passando por como é produzida e em que escala, ao controle democrático dos recursos e do patrimônio genético. O que está em jogo é o resgate de tradições e de saberes da cultura camponesa, isto é, a valorização do modo de vida camponês no que diz respeito à sua relação com a natureza e os alimentos, o que não significa que por parte da Via Campesina exista uma rejeição da modernidade, mas no mínimo, uma *crítica da modernidade* e seus efeitos desastrosos no mundo agrário.

Pouco depois, a socióloga destina-se a tratar a reconstrução do conceito de campesinato, no intuito de desvendar qual conteúdo político a Via Campesina confere a essa noção – provavelmente o tema mais delicado do ponto de vista teórico. Mesmo assumindo formas variadas – às vezes confusas – para os integrantes, a autora identifica a concepção de camponês da Via Campesina como próxima às colocações de Theodor Shanin. Nas palavras da autora:

> De um lado, há uma busca de seu caráter conceitual-estrutural, isto é, do lugar do camponês na agricultura. De outro lado, aparece uma análise histórica sobre o lugar e a realidade do campesinato na

> contemporaneidade, tanto no que diz respeito aos outros movimentos dos trabalhadores, quanto de sua oposição ao modelo de agricultura dominante (p. 240).

Como é possível perceber, o livro de Flávia Braga Vieira apresenta todas as condições para interessar os leitores, acadêmicos ou não, e por se tratar, desde já, de uma referência obrigatória aos estudos rurais contemporâneos. Vale notar, contudo, que a amplitude do tema dos internacionalismos sempre traz uma incontornável controvérsia. Para ficarmos em apenas dois pontos, a temática que diz respeito sobre as relações entre tradição marxista e campesinato. Ora, não resta dúvida que a hipótese do desaparecimento do campesinato como elemento intrínseco e inexorável do desenvolvimento capitalista exerceu uma influencia decisiva na política do movimento comunista internacional. A ideia de que o campesinato só podia ter uma presença passiva e subordinada em relação à política passa justamente por essa lógica. Por outras palavras: o marxismo esteve embasado em uma teoria da evolução, ou seja, uma visão da história como uma sucessão de transformações progressivas através de etapas universais e definidas hierarquicamente. É importante evidentemente criticar e refutar essas concepções otimistas e lineares, afinal elas não cumpriram seu diagnóstico, porém seria errado e esquemático levar em conta somente esse caráter. A autora, é verdade, cita uma passagem famosa de Marx quando afirma que a "comuna é o ponto de apoio para regeneração social na Rússia", mas poderia ter desenvolvido mais esse caráter crítico do progresso do pensador alemão e, portanto, uma visão mais inovadora do camponês – assim como Gramsci, Rosa Luxemburgo e, principalmente, Walter Benjamin e José Carlos Mariátegui.

Um segundo ponto, mais especificamente no tocante à natureza descritiva dos embates da III Internacional, os primeiros anos do protagonismo bolchevique teve uma política agrária bastante limitada pelas próprias circunstâncias e limites conjunturais – o comunismo de guerra é um exemplo disso. Tal conjuntura, entretanto, é radicalmente diferente dos anos posteriores, cuja política e situação em marcha é uma ditadura totalitária stalinista, que levou à morte de todos os participantes da revolução de outubro, à coletivização forçada, à morte de milhares de camponeses e à dissolução melancólica da Internacional Comunista. Ceder à identificação de comunismo e stalinismo é cometer uma irreparável injustiça com as pessoas que *apostaram* decididamente e apaixonadamente na ideia comunista contra suas falsificações e degenerações.

Tais considerações em nada diminuem os méritos do livro, principalmente por tratar sob uma perspectiva histórica a Via Campesina e conferir ao internacionalismo um papel ainda atual, através de uma atitude metodológica que indica que não é possível compreender o novo sem compreender o velho, afinal, como bem dizia Leon Trotsky, "não é possível compreender o que é o dia

sem compreender o que é a noite; não é possível compreender o que é o verão sem haver experimentado o inverno". Assim, o livro é também uma instigante *provocação*, pelo menos para aqueles (muitos) que em nome da locomotiva do progresso histórico, anunciaram, em diversas circunstâncias históricas, a morte do campesinato, e que por conta disso baseavam-se na pressuposição de que tal sujeito social do campo era irredutivelmente estranho à política. Pois bem: na contramão do bonde da história e das previsões dos apologistas do progresso, os camponeses na periferia do sistema capitalista são numericamente expressivos e portadores de uma organização internacionalista a qual não se pode ignorar, o que torna o fato um dos maiores desafios para o pensamento social crítico.

[*] Uma versão preliminar deste texto foi publicada no jornal *Brasil de Fato*, São Paulo, n. 431, ano 9, p.12-12, 2011.

[**] **DENI IRENEU ALFARO RUBBO** é Mestrando em Sociologia pela FFLCH-USP e bolsista Capes.